
**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 10ª EMISSÃO, SENDO A 8ª
PÚBLICA, DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA
ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, SEM GARANTIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA
DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO DA OI
S.A.**

ENTRE

OI S.A.
(Emissora)

E

**GDC PARTNERS SERVIÇOS FIDUCIÁRIOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E
VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**
(Agente Fiduciário)

20 DE MARÇO DE 2013

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 10ª EMISSÃO, SENDO A 8ª
PÚBLICA, DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA
ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, SEM GARANTIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA
DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO DA OI
S.A.**

São partes neste “*Instrumento Particular de Escritura da 10ª Emissão, sendo a 8ª Pública, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, Sem Garantia, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação da Oi S.A.*” (“Escritura de Emissão”):

- I. como emissora e ofertante das debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, sem garantia, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 476”), objeto desta Escritura de Emissão (“Debêntures”):

OI S.A., sociedade anônima com registro de companhia aberta perante a CVM, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua General Polidoro, nº 99, 5º andar, parte, Botafogo, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ/MF) sob o nº 76.535.764/0001-43, neste ato representada nos termos de seu estatuto social (“Emissora”); e

- II. como agente fiduciário, nomeado, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e posteriores alterações (“Lei das Sociedades por Ações”), nesta Escritura de Emissão, e nela interveniente, representando a comunhão dos titulares das Debêntures (“Debenturistas”):

GDC PARTNERS SERVIÇOS FIDUCIÁRIOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., sociedade limitada, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, à Avenida Ayrton Senna, nº 3.000, bloco 01, sala 317, Barra da Tijuca, CEP 22775-003, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob o n.º 10.749.264/0001-04, neste ato representada nos termos de seu contrato social, (“Agente Fiduciário”, referido, em conjunto com a Emissora, como “Partes”);

que resolvem celebrar esta Escritura de Emissão de acordo com os seguintes termos e condições:

1. AUTORIZAÇÃO

1.1. A emissão das Debêntures e a oferta pública de distribuição das Debêntures com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476 ("Oferta"), serão realizadas com base na deliberação da reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 20 de março de 2013 ("RCA").

2. REQUISITOS

2.1. A emissão das Debêntures e a Oferta serão realizadas com observância aos seguintes requisitos:

- I.** *inscrição e publicação da ata da RCA.* A ata da RCA deverá ter sido inscrita na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA") e deverá ter sido publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro ("DOERJ") e no jornal "Valor Econômico", nos termos do artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações;
- II.** *inscrição desta Escritura de Emissão e seus aditamentos.* Esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos deverão ter sido inscritos na JUCERJA, nos termos do artigo 62, inciso II, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações, sendo certo que 1 (uma) via original desta Escritura de Emissão devidamente registrada na JUCERJA deverá ser entregue ao Agente Fiduciário no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis após seu efetivo registro. Para fins de cumprimento do presente requisito e do item (I), acima, entende-se por "inscrição" o protocolo, na JUCERJA, do respectivo documento, para fins de arquivamento, ficando a Emissora obrigada a encaminhar a cópia dos comprovantes de protocolo ao Agente Fiduciário no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados de sua efetivação;
- III.** *registro para distribuição.* As Debêntures serão registradas para distribuição pública no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição das Debêntures liquidada por meio da CETIP;
- IV.** *registro para negociação e custódia eletrônica.* As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário e custódia eletrônica, observado o disposto na Cláusula 5.4 abaixo, por meio do Módulo CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a negociação das

Debêntures liquidada por meio da CETIP e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP;

- V. *dispensa de registro na CVM.* A Oferta está automaticamente dispensada de registro na CVM, na forma do artigo 6º da Instrução CVM 476, por se tratar de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, não sendo objeto de protocolo, registro ou arquivamento na CVM, exceto pelo envio de comunicação de encerramento da Oferta à CVM, nos termos do artigo 8º da Instrução CVM 476, conforme modelo constante de seu anexo; e
- VI. *dispensa de registro na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”).* Nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, do “Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários”, a Oferta está automaticamente dispensada de registro perante a ANBIMA.

3. OBJETO SOCIAL DA EMISSORA

3.1. A Emissora tem por objeto social a exploração de serviços de telecomunicações e atividades necessárias ou úteis à execução desses serviços, conforme as concessões, autorizações e permissões que lhe forem outorgadas, podendo, na consecução de seu objeto social, incorporar ao seu patrimônio bens e direitos de terceiros, bem como: **(i)** participar do capital de outras empresas; **(ii)** constituir subsidiárias integrais para execução de atividades compreendidas no seu objeto e que se recomende sejam descentralizadas; **(iii)** promover a importação de bens e serviços necessários à execução de atividades compreendidas no seu objeto; **(iv)** prestar serviços de assistência técnica a empresas de telecomunicações, executando atividades de interesse comum; **(v)** efetuar atividades de estudos e pesquisas visando ao desenvolvimento do setor de telecomunicações; **(vi)** celebrar contratos e convênios com outras empresas exploradoras de serviços de telecomunicações ou quaisquer pessoas ou entidades, objetivando a assegurar a operação dos serviços, sem prejuízo das suas atribuições e responsabilidades; e **(vii)** exercer outras atividades afins ou correlatas ao seu objeto social.

4. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

4.1. Os recursos líquidos obtidos pela Emissora com a Oferta serão integralmente utilizados para: **(i)** composição de seu capital de giro, **(ii)** reestruturação e alongamento do perfil de endividamento da Emissora, e **(iii)** realização do plano de investimento da Emissora (CAPEX).

5. CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

5.1. Colocação. As Debêntures serão objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM 476, no valor total de R\$1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais), sendo R\$1.200.000.000,00 (um bilhão e duzentos milhões de reais) sob o regime de garantia firme de colocação ("Garantia Firme") e R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) sob o regime de melhores esforços de colocação ("Melhores Esforços"), nos termos do "*Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, sem Garantia, com Esforços Restritos de Colocação, da 10ª Emissão, sendo a 8ª Pública, da Oi S.A.*" ("Contrato de Distribuição"), com intermediação do BB-Banco de Investimento S.A. ("Coordenador Líder"), instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, tendo como público alvo investidores qualificados, assim definidos nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 476 e do artigo 109 da Instrução da CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Investidores Qualificados").

5.2. Prazo e Forma de Subscrição e Integralização. Nos termos do Contrato de Distribuição: **(i)** as Debêntures distribuídas em regime de Garantia Firme serão subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, a partir da data de início de distribuição; e **(ii)** as Debêntures distribuídas em regime de Melhores Esforços, que forem subscritas, serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de início de distribuição; em ambos os casos por meio do MDA por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.

5.3. Preço de Integralização. As Debêntures serão integralizadas no ato de sua respectiva subscrição, pelo seu Valor Nominal Unitário (conforme definido abaixo), acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis*, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis da CETIP.

5.4. Negociação. As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio do CETIP21. As Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados e depois de decorridos 90 (noventa) dias da data da respectiva subscrição ou aquisição, pelo Investidor Qualificado, observado o disposto nos artigos 13 e 15, da Instrução CVM 476.

6. CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

6.1. Número da Emissão. As Debêntures representam a 10ª (décima) emissão, sendo a 8ª (oitava) pública, de debêntures da Emissora.

6.2. Valor Total da Emissão. O valor total da Oferta será de R\$1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos mil reais) na Data de Emissão (conforme definido abaixo).

6.3. Quantidade. Serão emitidas 150.000 (cento e cinquenta mil) Debêntures.

6.4. Valor Nominal Unitário. As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais) na Data de Emissão, conforme definido abaixo ("Valor Nominal Unitário").

6.5. Séries. A Emissão será realizada em série única.

6.6. Forma, Comprovação de Titularidade, Escriturador Mandatário e Banco Liquidante. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pela **Itaú Corretora de Valores S.A.**, prestadora de serviços de escrituração das Debêntures, sendo o banco liquidante das Debêntures o **Itaú Unibanco S.A.** ("Escriturador Mandatário" e "Banco Liquidante", respectivamente, cujas definições incluem qualquer outra instituição que venha a sucedê-las na prestação dos serviços previstos nesta Escritura de Emissão). Adicionalmente, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, esta expedirá extrato em nome do Debenturista, o qual servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures.

6.7. Conversibilidade. As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora.

6.8. Espécie. As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58, *caput*, da Lei das Sociedades por Ações, não conferindo, portanto, qualquer privilégio especial ou geral a seus titulares.

6.9. Data de Emissão. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 28 de março de 2013 ("Data de Emissão").

6.10. Prazo e Data de Vencimento. Observado o disposto nesta Escritura de Emissão, o prazo das Debêntures será de 72 (setenta e dois) meses, contados da Data de Emissão, qual seja, 28 de março de 2019 ("Data de Vencimento").

6.11. Amortização do Valor Nominal Unitário. Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, o Valor Nominal Unitário das Debêntures será integralmente pago na Data de Vencimento.

6.12. Remuneração. As Debêntures farão jus a uma remuneração equivalente a variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, *over extra grupo*, expressas na forma percentual ao ano, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário disponível em sua página na internet (<http://cetip.com.br>) ("Taxas DI"), acrescida de um *spread* ou sobretaxa equivalente a 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento) ao ano base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, incidente sobre o Valor Nominal Unitário, a partir da Data de Emissão ("Remuneração"). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por dias úteis decorridos, incidente sobre o Valor Nominal Unitário, desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento das Debêntures, obedecida a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (Fator \ de \ Juros - 1),$$

onde:

- (a) "J": valor da Remuneração devida ao final do Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;
- (b) "VNe": Valor Nominal Unitário, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;
- (c) "Fator de Juros": Fator de Juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread*, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$Fator \ de \ Juros = (Fator \ DI \times Fator \ Spread)$$

- (d) "Fator DI" corresponde ao produtório das Taxas DI-Over, sem uso de percentual aplicado, da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até a data de cálculo da Remuneração exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$Fator \ DI = \prod_{k=1}^n (1 + TDI_k);$$

onde:

- (i) "n": número total de Taxas DI-Over consideradas em cada Período de Capitalização, sendo "n" um número inteiro; e

- (ii) “TDI_k”: Taxa DI-Over, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1;$$

onde “DI_k”: Taxa DI, de ordem k, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

- (e) “Fator Spread”: Sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{FatorSpread} = \left[\left(\frac{\text{sobretaxa}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right];$$

onde:

- (i) “sobretaxa”: 0,7500 (setenta e cinco centésimos)
- (ii) “DP”: número de dias úteis entre a Data de Emissão ou o último evento de pagamento, conforme o caso, e a data atual, sendo "DP" um número inteiro.

observado, ainda:

- (A) “Período de Capitalização”: Define-se como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista para pagamento da Remuneração imediatamente anterior, inclusive, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista para o pagamento da Remuneração correspondente ao período em questão, exclusive. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a data de Vencimento. A Remuneração correspondente aos Períodos de Capitalização será devida mensalmente conforme disposto na Cláusula 6.12.3 abaixo;

- (B) O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ deve ser considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais sem arredondamento, assim como seu produtório;
- (C) Efetua-se o produtório dos fatores diários, sendo que a cada fator diário acumulado trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado; e
- (D) A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo, salvo quando expressamente indicado de outra forma.

6.12.1. Indisponibilidade Temporária da Taxa DI. Observado o disposto na Cláusula 6.12.2., no caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI por ocasião do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, será utilizada, em sua substituição, para apuração de “TDI_k”, a última Taxa DI divulgada oficialmente até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades, tanto por parte da Emissora, quanto pelos Debenturistas, quando houver divulgação posterior da Taxa DI.

6.12.2. Indisponibilidade da Taxa DI. Em caso de ausência da apuração e/ou divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos da data esperada para a sua divulgação ou, imediatamente, em caso de extinção da Taxa DI ou de impossibilidade de aplicação da Taxa DI por imposição legal ou determinação judicial, será aplicada, automaticamente, em substituição à Taxa DI, a taxa substituta que venha a ser adotada pelos agentes de mercado para operações similares às Debêntures. Caso não haja uma taxa substituta para a Taxa DI, será utilizada a taxa média ponderada de remuneração dos títulos públicos federais brasileiros de curto prazo, à época de tal verificação, que tiverem sido negociados nos 30 (trinta) dias imediatamente anteriores à data de término do prazo de qualquer um dos eventos previstos no início desta Cláusula, com prazo de vencimento de 180 (cento e oitenta) dias (“Taxa SELIC”). A apuração da Taxa SELIC será calculada pela Emissora e submetida, com a respectiva memória de cálculo, ao Agente Fiduciário, para que este convoque a assembleia geral de Debenturistas a fim de deliberarem sobre o cálculo.

6.12.3. Pagamento da Remuneração. A Remuneração será paga anualmente, sendo o primeiro pagamento no dia 28 de março de 2014 e o último na Data de Vencimento, conforme tabela abaixo:

<i>Datas de Pagamento da Remuneração</i>
28 de março de 2014
30 de março de 2015
28 de março de 2016
28 de março de 2017
28 de março de 2018
28 de março de 2019

6.13. *Repactuação Programada.* Não haverá repactuação programada.

6.14. *Resgate Antecipado Facultativo Total.* A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo, a partir do 2º (segundo) ano, exclusive, a contar da Data de Emissão, com aviso prévio de 10 (dez) Dias Úteis da data do evento, nos termos da Cláusula 6.24 abaixo, a ser enviado ao Agente Fiduciário, ao Escriturador Mandatário, ao Banco Liquidante, aos Debenturistas, na forma de aviso, e à CETIP, o resgate antecipado da totalidade das Debêntures em Circulação (vedado o resgate parcial), com o consequente cancelamento de tais Debêntures, mediante o pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão, ou último pagamento efetivo da Remuneração, até a data do efetivo resgate total antecipado ("Data do Resgate"), com o pagamento de um prêmio de resgate correspondente a 0,10% (dez centésimos por cento) ao ano pelo prazo remanescente compreendido entre a Data do Resgate e a Data de Vencimento.

6.15. *Aquisição Facultativa.* A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação, observado o disposto **(i)** no artigo 13 da Instrução CVM 476, **(ii)** no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, e **(iii)** nas regras expedidas pela CVM. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão, a critério da Emissora, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures em Circulação. Na hipótese de cancelamento de Debêntures, as Partes deverão celebrar um aditamento à presente Escritura de Emissão.

6.16. *Direito ao Recebimento dos Pagamentos.* Farão jus ao recebimento de qualquer valor devido pela Emissora aos Debenturistas, nos termos desta Escritura de Emissão, todos aqueles que forem Debenturistas ao final do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento.

6.17. Encargos Moratórios. Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer valor devido relativamente a qualquer obrigação decorrente desta Escritura de Emissão, sobre todos e quaisquer valores em atraso incidirão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, e sem prejuízo da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, **(i)** multa moratória e não compensatória de 2% (dois por cento); e **(ii)** juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento (“Encargos Moratórios”).

6.18. Decadência dos Direitos aos Acréscimos. O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em qualquer comunicação realizada ou aviso publicado nos termos desta Escritura de Emissão não lhe dará o direito a qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento.

6.19. Local de Pagamento. Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão serão efetuados pela Emissora, por meio da CETIP, conforme as Debêntures estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, ou, ainda, por meio do Banco Liquidante para os Debenturistas que não tiverem suas Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

6.20. Imunidade Tributária. Caso qualquer Debenturista tenha imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante, no prazo mínimo de 5 (cinco) Dias Úteis anteriores à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, toda a documentação comprobatória de tal imunidade ou isenção tributária, sendo certo que, caso o Debenturista não envie referida documentação, a Emissora fará as retenções dos tributos previstos em lei, como se tal imunidade ou isenção tributária não existisse.

6.21. Prorrogação dos Prazos. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão até o 1º (primeiro) Dia Útil (assim entendido como qualquer dia em que haja expediente comercial ou bancário na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro (“Dia Útil”)) subsequente, se o seu vencimento com um dia que não seja um Dia Útil, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, exceto pelos casos cujos pagamentos devam ser realizados por intermédio da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

6.22. Vencimento Antecipado. Sujeito ao disposto nas Cláusulas 6.22.1 e 6.22.4 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento (e, ainda, quando for o caso, acrescido dos Encargos Moratórios), na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos (cada evento, um “Evento de Inadimplemento”):

- I. (a) decretação de falência da Emissora e/ou de qualquer sociedade controlada direta ou indiretamente pela Emissora que represente individualmente, no mínimo, 10% (dez por cento) da receita da Emissora consolidada, conforme última informação financeira trimestral ou anual, devidamente revisada ou auditada por auditor independente, conforme o caso, enviada à CVM (“Controladas Relevantes”); (b) pedido de autofalência pela Emissora e/ou por qualquer das Controladas Relevantes; (c) pedido de falência da Emissora e/ou de qualquer das Controladas Relevantes formulado por terceiros que não tenha sido elidido ou contestado de boa fé pela Emissora, objetivando a suspensão do respectivo pedido; (d) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Emissora e/ou de qualquer das Controladas Relevantes, independentemente do deferimento de seu processamento ou da sua concessão pelo juiz competente, do respectivo pedido; ou (e) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora e/ou de qualquer de suas Controladas Relevantes, exceto se a liquidação, dissolução e/ou extinção decorrer de uma operação societária que não constitua um Evento de Inadimplemento, nos termos permitidos pelo inciso XIII abaixo;
- II. transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- III. alienação, prestação de garantia ou a constituição de qualquer espécie de ônus ou gravame sobre quaisquer dos bens ou direitos da Emissora a quaisquer terceiros, exceto se feita (a) para a prestação de garantias em processos judiciais ou administrativos, (b) em favor de sociedades controladoras, controladas, coligadas ou sob controle comum com a Emissora (“Afiliadas da Emissora”), (c) no caso de alienação de bens ou direitos, se realizada em condições usuais de mercado (*arms length*), ou (d) no curso normal dos negócios da Emissora; e desde que tal alienação, prestação de garantia ou a constituição de ônus ou gravame sobre bens ou direitos da Emissora não comprometam o cumprimento das obrigações da Emissora perante os Debenturistas;

- IV. subordinação da dívida representada pelas Debêntures a qualquer outra dívida, exceto aquela cuja preferência decorra de determinação legal;
- V. cancelamento, revogação ou rescisão de quaisquer documentos referentes à presente Emissão;
- VI. sentença transitada em julgado prolatada por qualquer juiz ou tribunal declarando a ilegalidade, nulidade ou inexistência de qualquer documento referente à Emissão;
- VII. declaração de vencimento antecipado em razão de inadimplemento no pagamento de quaisquer obrigações financeiras da Emissora ou de qualquer uma das Controladas Relevantes em ambas as hipóteses, em valor, unitário superior ao equivalente em moeda nacional a US\$100.000.000,00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos), valores esses convertidos com base na taxa de venda PTAX800 divulgada pelo Banco Central do Brasil, relativamente ao dia imediatamente anterior à data de ocorrência do evento previsto, ou o fator de conversão que vier substituí-la, salvo se, exclusivamente no caso de inadimplemento, o mesmo for sanado em até 15 (quinze) dias contados da data de sua ocorrência;
- VIII. falta de cumprimento, por parte da Emissora ou por parte de qualquer uma de suas Controladas Relevantes, durante a vigência das Debêntures, das leis, normas e regulamentos, inclusive ambientais, que afetem ou possam afetar de forma material a capacidade da Emissora de cumprir fiel e integralmente com suas obrigações relacionadas à Emissão, exceto aquelas que estiverem sendo discutidas em âmbito judicial ou extrajudicial em boa fé pela Emissora e/ou pelas suas Controladas Relevantes, conforme o caso;
- IX. protesto de títulos contra a Emissora ou contra qualquer uma de suas Controladas Relevantes e que não seja sanado no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da data do referido protesto pela Emissora ou por suas Controladas Relevantes, conforme o caso, cujos valores individuais ou em conjunto sejam superiores ao equivalente em moeda nacional a US\$100.000.000,00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos), valores estes calculados conforme o inciso VII acima;

- X.** ocorrência de qualquer sentença transitada em julgado, laudo arbitral, mandado de penhora ou processo semelhante que verse sobre o pagamento em dinheiro de valor individual ou em conjunto igual ou superior ao equivalente em moeda nacional a US\$100.000.000,00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos), valor este calculado conforme o inciso VII acima, contra a Emissora ou suas Controladas Relevantes ou qualquer de seus bens, sem que haja liberação ou sustação com oferecimento de garantia ou caução em até 30 (trinta) dias contados do respectivo recebimento da sentença, laudo, mandado ou processo semelhante;
- XI.** **(a)** revogação, término, apropriação, suspensão, modificação adversa, cancelamento ou a não-renovação das concessões para a prestação de serviços públicos de telecomunicação detidas pela Emissora ou por qualquer uma de suas Controladas Relevantes, cujas receitas representem 20% (vinte por cento) ou mais do EBITDA da Emissora; e **(b)** promulgação de qualquer lei, decreto, ato normativo, portaria ou resolução que resulte na revogação, término, apropriação, suspensão, modificação relevante e adversa ou cancelamento das concessões detidas pela Emissora ou por qualquer uma de suas Controladas Relevantes, cujas receitas representem 20% (vinte por cento) ou mais do EBITDA da Emissora; **(c)** alteração no objeto social da Emissora que afete adversamente a sua capacidade de cumprir suas obrigações, bem como o início de qualquer das hipóteses previstas nas alíneas (a) ou (b) deste inciso XI, que possa afetar adversamente o cumprimento das obrigações da Emissora previstas nesta Escritura de Emissão e que não sejam sanadas em um prazo de até 30 (trinta) dias contados da data em que a Emissora tiver ciência da respectiva ocorrência;
- XII.** mudança, direta ou indireta, de controle acionário da Emissora e/ou das Controladas Relevantes pela Emissora tal como definido no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, que acarrete a redução de 2 (duas) das 3 (três) classificações de risco (*ratings*) da Emissora em pelo menos 2 (dois) níveis (*notches*), em relação aos seus *ratings* no momento imediatamente anterior à publicação de fato relevante sobre a alteração de controle;
- XIII.** ocorrência de fusão, cisão, incorporação ou qualquer tipo de reorganização societária envolvendo a Emissora ou qualquer uma de suas Controladas Relevantes, exceto:

- (a) se a operação tiver sido previamente aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação; ou
 - (b) se tiver sido assegurado aos Debenturistas que o desejarem, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses contados da data de publicação das atas dos atos societários relativos à operação, o direito de exigir da Emissora, por meio do envio de notificação, o resgate das Debêntures de que forem titulares, mediante o pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento; ou
 - (c) por operações envolvendo exclusivamente a Emissora e/ou Controladas Relevantes e/ou Afiliadas da Emissora; ou
 - (d) como resultado, vier a ser criado um grupo que detenha o controle acionário da Emissora, de modo que este acionista controlador: (i) exerça, de modo permanente, a maioria dos votos nas deliberações de assembleia geral; (ii) eleja a maioria dos administradores da Emissora; e (iii) efetivamente utilize seu poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Emissora, desde que acarrete a redução de 2 (dois) dos 3 (três) *ratings* da Emissora em pelo menos 2 (dois) níveis (*notches*), em relação aos seus *ratings* no momento imediatamente anterior à publicação de fato relevante sobre a alteração de controle;
- XIV. cessão, promessa de cessão ou qualquer forma de transferência ou promessa de transferência a terceiros, pela Emissora, das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, exceto aquelas resultantes das operações descritas no item XIII (c) acima ;
- XV não pagamento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures e/ou a esta Escritura de Emissão na respectiva data de pagamento prevista nesta Escritura de Emissão, não sanado no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do respectivo vencimento;
- XVI. descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, não sanada no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de comunicação do referido descumprimento
 - (a) pela Emissora ao Agente Fiduciário, ou
 - (b) pelo Agente Fiduciário à Emissora, dos dois o que ocorrer primeiro, sendo que o prazo previsto

neste inciso XVI não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo específico; e

XVII. não observância, pela Emissora, de qualquer dos índices financeiros abaixo (em conjunto, "Índices Financeiros"), a serem apurados anualmente pela Emissora, conforme previsto na Cláusula 7.1, XIX, e revisados pelo Agente Fiduciário, tendo por base as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Emissora:

- (a)** do índice financeiro de alavancagem máxima, decorrente do quociente da divisão da Dívida Total pelo EBITDA, que deverá ser inferior a 4,00 (quatro) vezes, conforme última informação financeira anual, devidamente revisada ou auditada por auditor independente;
- (b)** do índice de cobertura do Serviço da Dívida, decorrente do quociente da divisão do EBITDA pelo Serviço Dívida, que deverá ser igual ou superior a 1,75 (um inteiro e setenta e cinco centésimos) conforme última informação financeira anual, devidamente revisada ou auditada por auditor independente.

Para os fins deste inciso:

"Dívida Total" significa o Endividamento Oneroso total da Emissora;

"EBITDA" significa, para os quatro últimos e consecutivos trimestres fiscais da Emissora, cada qual um "período contábil", o somatório (sem qualquer duplicidade) **(i)** do resultado operacional para determinado período contábil (ajustado pelos ganhos ou perdas extraordinários); **(ii)** dos seguintes fatores deduzidos para fins de determinação do resultado operacional: (1) depreciação e amortização consolidados ocorridos naquele mesmo período contábil; (2) receitas financeiras provenientes de outras atividades inerentes ao seu negócio, quer seja: o lucro operacional antes das despesas financeiras, impostos, depreciações e amortizações, conforme demonstrações financeiras consolidadas da Emissora;

"Serviço da Dívida" significa a soma dos juros da Dívida Total pagos nos 4 (quatro) últimos e consecutivos trimestres fiscais. Estão excluídas deste cálculo as variações cambiais e monetárias sobre dívidas e caixa e, por fim, as despesas oriundas de provisões (que não tiveram impacto no fluxo de caixa da Emissora, mas apenas registro contábil); e

“Endividamento Oneroso” significa o somatório do saldo de empréstimos e financiamentos, de debêntures, de notas promissórias (*commercial papers*), de instrumentos derivativos e de títulos emitidos no mercado internacional (*bonds, eurobonds*), registrados no passivo circulante e no passivo não circulante do balanço consolidado da Emissora.

6.22.1. A Emissora obriga-se a, tão logo tenha conhecimento de qualquer dos eventos descritos nos itens acima, comunicar imediatamente o Agente Fiduciário para que este tome as providências devidas.

6.22.2. Ocorrendo quaisquer dos Eventos de Inadimplemento previstos nos incisos I, II, V, X, XI, e XV da Cláusula 6.22 acima, as Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, e deverá haver entrega de notificação nesse sentido, pelo Agente Fiduciário à Emissora.

6.22.3. Ocorrendo quaisquer dos demais Eventos de Inadimplemento (que não sejam aqueles previstos na Cláusula 6.22.2 acima), o Agente Fiduciário deverá convocar, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que constatar sua ocorrência, assembleia geral de Debenturistas, a se realizar no prazo mínimo previsto em lei. Se, na referida assembleia geral de Debenturistas, Debenturistas representando, no mínimo, 66% (sessenta e seis por cento) das Debêntures em Circulação, decidirem por não declarar o vencimento antecipado das Debêntures, ou, ainda, em caso de suspensão dos trabalhos para deliberação em data posterior, o Agente Fiduciário não deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures; caso contrário, ou em caso de não instalação, em segunda convocação, da assembleia geral de Debenturistas, o Agente Fiduciário deverá, imediatamente, declarar o vencimento antecipado das Debêntures.

6.22.4. Na ocorrência do vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, com o seu consequente cancelamento, obrigando-se a pagar o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão, ou último pagamento efetivo da Remuneração, até a data do seu efetivo pagamento (e, ainda, quando for o caso, acrescido dos Encargos Moratórios, calculados a partir da data em que tais pagamentos deveriam ter sido efetuados), e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, em até 3 (três) Dias Úteis contados da data da declaração do vencimento antecipado, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios. Caso o pagamento acima citado aconteça por intermédio da CETIP, esta deverá ser comunicada com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência.

6.23. Publicidade. Todos os atos e decisões relativos às Debêntures deverão ser comunicados, na forma de aviso, no DOERJ e no jornal “Valor Econômico”, sempre imediatamente após a realização ou ocorrência do ato a ser divulgado. A Emissora poderá alterar o jornal acima por outro jornal de grande circulação que seja adotado para suas publicações societárias, mediante comunicação por escrito ao Agente Fiduciário e a publicação, na forma de aviso, no jornal “Valor Econômico” informando aos Debenturistas de sua substituição.

6.24. Comunicações. As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ou por telegrama nos endereços abaixo. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços abaixo em até 2 (dois) Dias Úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços abaixo deverá ser comunicada às demais partes pela parte que tiver seu endereço alterado.

I. para a Emissora:

Oi S.A.

Rua Humberto de Campos, nº 425, 7º andar

CEP 22430-190 - Rio de Janeiro, RJ

At.: Srs. Rodrigo Leite e Flavio Guimarães

Telefone: (21) 3131-1073

Fac-símile: (21) 3131-1383

Correio Eletrônico: rodrigo.gomes@oi.net.br | flavio.guimaraes@oi.net.br

II. para o Agente Fiduciário:

GDC Partners Serviços Fiduciários Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários LTDA.

Avenida Ayrton Senna, nº 3.000, bloco 01, sala 317, Barra da Tijuca

CEP 22775-003 - Rio de Janeiro, Rio de Janeiro

At.: Sr. Juarez Dias Costa

Tel.: (21) 2490-4305

Fax: (21) 2490-3062

E-mail: gdc@gdcdtvm.com.br

III. para o Banco Liquidante:

Itaú Unibanco S.A.

Av. Engenheiro Armando de Arruda Pereira, 707, 10º Andar, Torre Eudoro Villela

CEP 01309-010 - São Paulo, SP

At.: Sr. Luiz Petito

Tel.: (11) 2797-4441

Fax: (11) 2797-3140

E-mail: luiz.petito@itau-unibanco.com.br

IV. para o Escriturador Mandatário:

Itaú Corretora de Valores S.A.

Av. Engenheiro Armando de Arruda Pereira, 707, 10º Andar, Torre Eudoro Villela

CEP 01309-010 - São Paulo, SP

At.: Sr. Luiz Petito

Tel.: (11) 2797-4441

Fax: (11) 2797-3140

E-mail: luiz.petito@itau-unibanco.com.br

6.24.1. O Agente Fiduciário está autorizado, mas não obrigado, a verificar ou confirmar se o remetente de qualquer comunicação em nome de qualquer das partes é uma pessoa autorizada pelas mesmas. As partes, ao utilizarem fac-símile ou correio eletrônico, declaram ter ciência de que tais meios eletrônicos de comunicação não são totalmente seguros e que os dados transmitidos podem extraviar ou ser interceptados e/ou acessados por terceiros não autorizados. O Agente Fiduciário não se responsabiliza pela segurança e/ou confidencialidade dos dados enviados para as partes acima mencionadas mediante o uso desses meios eletrônicos de comunicação, assim como não garante a efetiva recepção de tais dados.

7. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

7.1. A Emissora está adicionalmente obrigada a:

- I.** disponibilizar em sua página na rede mundial de computadores (www.oi.com.br/ri):

- (a)** no prazo de até 90 (noventa) dias contados da data de término de cada exercício social e no prazo de até 45 (quarenta e cinco)

dias contados da data de término de cada trimestre social, ou nas datas de suas divulgações, o que ocorrer primeiro, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social ou cópia de suas informações trimestrais relativas ao respectivo trimestre, conforme aplicável, ambas acompanhadas do relatório da administração e do parecer ou relatório, conforme o caso, dos auditores independentes, acompanhadas de relatório demonstrando a apuração dos Índices Financeiros, explicitando as rubricas necessárias à sua apuração, bem como de declaração do Diretor de Relações com Investidores da Emissora atestando o cumprimento das disposições constantes desta Escritura de Emissão; e

- (b)** nas mesmas situações previstas e nos mesmos prazos previstos na Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada (ou qualquer outra instrução da CVM que vier a substituí-la), ou, caso ali não estiverem previstos quaisquer prazos, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que forem (ou devessem ter sido) publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados, avisos aos Debenturistas, fatos relevantes, assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração da Emissora que, de alguma forma, envolvam interesse dos Debenturistas.

II. fornecer ao Agente Fiduciário:

- (a)** no prazo de até 1 (um) Dia Útil contado da data em que forem realizados, avisos aos Debenturistas;
- (b)** imediatamente após sua ciência ou recebimento, conforme o caso, **(i)** informações a respeito da ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento, ou **(ii)** envio de cópia de qualquer correspondência ou notificação, judicial ou extrajudicial, recebida pela Emissora relacionada a um Evento de Inadimplemento;
- (c)** no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação, resposta a eventuais dúvidas do Agente Fiduciário sobre qualquer informação que lhe venha a ser razoavelmente solicitada; e

- (d) no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação, qualquer informação relevante para as Debêntures que lhe venha a ser razoavelmente solicitada.
- III. manter atualizado o registro de companhia aberta na CVM e disponibilizar aos seus acionistas e Debenturistas, pelo menos trimestralmente, as demonstrações financeiras consolidadas previstas no artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações, observadas as normas de divulgação de informações determinadas pela legislação e pela regulamentação da CVM;
- IV. informar ao Banco Liquidante a realização de qualquer pagamento antecipado em decorrência do disposto na Cláusula 6.14 acima ou na Cláusula 6.22 acima, com antecedência de, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis da data prevista para o respectivo pagamento antecipado;
- V. estruturar e manter um adequado e eficiente atendimento aos Debenturistas, tendo em vista assegurar o eficiente tratamento aos titulares das Debêntures, podendo utilizar, para esse fim, a estrutura e órgãos destinados ao atendimento de seus acionistas ou contratar instituição financeira autorizada para prestar esse serviço;
- VI. cumprir as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto por aqueles questionados de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não afete de forma adversa e material a capacidade da Emissora de honrar suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão;
- VII. manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações e licenças, inclusive as ambientais, exigidas para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora e/ou por qualquer de suas controladas, exceto se a não manutenção de tais autorizações e licenças não afetar de forma adversa e material a capacidade da Emissora de honrar suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão;
- VIII. manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações necessárias à assinatura desta Escritura de Emissão e ao cumprimento de todas as obrigações aqui previstas;

- IX.** manter os ativos operacionais relevantes da Emissora e das Controladas Relevantes adequadamente segurados, conforme as melhores práticas correntes no mercado de atuação da Emissora;
- X.** manter as Debêntures registradas para negociação no mercado secundário perante o CETIP21, arcando com os respectivos custos;
- XI.** contratar e manter contratados, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando a estes, o Agente Fiduciário, o Escriturador Mandatário e o Banco Liquidante;
- XII.** utilizar os recursos líquidos obtidos com a Oferta estritamente nos termos da Cláusula 4 acima;
- XIII.** efetuar, desde que assim solicitado pelo Agente Fiduciário, o pagamento das despesas razoáveis e devidamente comprovadas incorridas pelo Agente Fiduciário e, sempre que possível, previamente acordado com a Emissora nos termos da Cláusula 8.4 abaixo;
- XIV.** enviar para o sistema de informações periódicas e eventuais da CVM, no prazo de até 1 (um) Dia Útil contado da data de seu recebimento, o relatório elaborado pelo Agente Fiduciário a que se refere a Cláusula 8.5, inciso XIII;
- XV.** notificar, imediatamente, o Agente Fiduciário da convocação de qualquer assembleia geral de Debenturistas pela Emissora;
- XVI.** convocar, imediatamente, assembleia geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que sejam do interesse dos Debenturistas caso o Agente Fiduciário não o faça no prazo aplicável;
- XVII.** comparecer às assembleias gerais de Debenturistas, sempre que solicitada;
- XVIII.** sem prejuízo das demais obrigações previstas acima ou de outras obrigações expressamente previstas na regulamentação em vigor e nesta Escritura de Emissão, nos termos da Instrução CVM 476:
 - (a)** preparar suas demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;

- (b) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria por auditor independente registrado na CVM;
- (c) no prazo de 3 (três) meses contados da data de encerramento de seu exercício social, divulgar em sua página na rede mundial de computadores e enviar à CETIP suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e do parecer dos auditores independentes;
- (d) por um prazo de 3 (três) anos, manter os documentos mencionados na alínea (c) acima em sua página na rede mundial de computadores;
- (e) observar as disposições da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), no que se refere ao dever de sigilo e às vedações à negociação;
- (f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de qualquer ato ou fato relevante, conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM 358, e comunicar a ocorrência de tal ato ou fato relevante imediatamente ao Coordenador Líder e à CETIP; e
- (g) fornecer todas as informações solicitadas pela CVM e pela CETIP;

XIX. para fins da Cláusula 6.22, inciso XVII, acima, fica desde já acordado que os Índices Financeiros serão apurados e encaminhados anualmente pela Emissora ao Agente Fiduciário, em até 5 (cinco) Dias Úteis a contar do término do exercício anual, tendo por base as demonstrações financeiras e balanços patrimoniais consolidados do grupo da Emissora, incluindo suas controladas, controladoras, auditados ou revisados por auditores independentes, juntamente com relatório consolidado da memória de cálculo, elaborado pela Emissora, compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção de tais Índices Financeiros, e de declaração assinada por 2 (dois) diretores da Emissora atestando a sua efetiva legalidade, legitimidade, exigibilidade, validade, ausência de vícios, suficiência de informações e veracidade, sob pena de impossibilidade de verificação e conferência pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

8. AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1. A Emissora nomeia e constitui agente fiduciário da emissão objeto desta Escritura de Emissão o Agente Fiduciário, qualificado no preâmbulo desta Escritura de Emissão, que neste ato, e na melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, representar a comunhão dos Debenturistas perante a Emissora, declarando que:

- I.** aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- II.** conhece e aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todos os seus termos e condições;
- III.** está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- IV.** a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- V.** esta Escritura de Emissão constitui obrigação válida e eficaz do Agente Fiduciário e exequível de acordo com os seus termos;
- VI.** verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, no limite das informações e documentos fornecidos pela Emissora, sendo certo que não efetuou nenhum procedimento de verificação independente;
- VII.** é equiparado a uma instituição financeira, estando devidamente organizado, constituído e existente de acordo com as leis brasileiras;
- VIII.** está ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM;
- IX.** não tem, sob as penas de lei, qualquer impedimento legal, conforme o artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, a Instrução da CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, ou, em caso de alteração, a norma que vier a substituí-la ("Instrução CVM 28"), e demais normas aplicáveis, para exercer a função que lhe é conferida;

- X. não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- XI. não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções; e
- XII. na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, atua como agente fiduciário: da 5ª emissão, sendo a 3ª emissão pública, de debêntures quirografárias, não conversíveis em ações, da Emissora, emitidas originalmente pela Telemar Norte Leste S.A., com as seguintes características:

Valor Total da Emissão: R\$2.250.000.000,00 (dois bilhões, duzentos e cinquenta milhões de reais) na Data de Emissão;

Quantidade de Debêntures emitidas: 225.000 (duzentas e vinte e cinco mil) Debêntures;

Séries: 02 (duas) Séries;

Espécie: Quirografária;

Prazo de vencimento das debêntures: Debêntures da 1ª Série: 04 (quatro) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de abril de 2014, e Debêntures da 2ª Série: 10 (dez) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de abril de 2020;

Tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores: não existe;

Eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período: Nenhum evento ocorrido.

8.2. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento ou, caso ainda restem obrigações da Emissora nos termos desta Escritura de Emissão inadimplidas após a Data de Vencimento, até que todas as obrigações da Emissora nos termos desta Escritura de Emissão sejam integralmente cumpridas, ou, ainda, até sua efetiva substituição.

8.3. Nas hipóteses de substituição, de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou vacância do Agente Fiduciário, aplicam-se as seguintes regras, conforme o caso:

- I. é facultado aos Debenturistas, após o encerramento da Oferta, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em assembleia geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;
- II. caso o Agente Fiduciário não possa continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, solicitando sua substituição;
- III. caso o Agente Fiduciário renuncie às suas funções, deverá permanecer no exercício de suas funções até que uma instituição substituta seja indicada pela Emissora e aprovada pela assembleia geral de Debenturistas e assuma efetivamente as suas funções;
- IV. será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, assembleia geral de Debenturistas, para a escolha do novo agente fiduciário, que poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas representando, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM; na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo aqui previsto, caberá à Emissora efetuar a convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário;
- V. a substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário **(a)** está sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28; e **(b)** deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura de Emissão;
- VI. os pagamentos ao Agente Fiduciário substituído serão efetuados observando-se a proporcionalidade ao período da efetiva prestação dos serviços;
- VII. o agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso **(a)** a Emissora não tenha concordado com o novo valor da remuneração do agente fiduciário proposto pela assembleia

geral de Debenturistas a que se refere o inciso IV acima; ou **(b)** a assembleia geral de Debenturistas a que se refere o inciso IV acima não delibere sobre a matéria;

- VIII.** o agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la à Emissora e aos Debenturistas nos termos das Cláusulas 6.23 e 6.24; e
- IX.** aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados da CVM.

8.4. Pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário fará jus à seguinte remuneração, devida pela Emissora: o valor semestral de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), devido o 1º (primeiro) pagamento na data desta Escritura de Emissão, e os demais pagamentos no mesmo dia dos semestres subsequentes, até o resgate total das Debêntures.

8.4.1. Caso a Emissora não esteja adimplente com todas as suas obrigações assumidas na Escritura de Emissão ou em caso de alteração da Escritura de Emissão após a subscrição das Debêntures ou realização de assembleia geral de Debenturistas, será devido ao Agente Fiduciário uma remuneração adicional correspondente a R\$485,00 (quatrocentos e oitenta e cinco reais) por hora-homem de trabalho adicional em sua sede ou fora dela, que caso este trabalho adicional seja desenvolvido em fração de horas, este valor de 1 (uma) hora será *pro-rateado* à razão de 20 (vinte) minutos, mesmo que incompletos, dedicado pelos profissionais designados pelo Agente Fiduciário para **(i)** a assessoria aos titulares das Debêntures e análise das alterações da Escritura de Emissão e da proposta da Emissora aos Debenturistas, **(ii)** o comparecimento em reuniões com a Emissora, **(iii)** o comparecimento em reuniões com os titulares das Debêntures, **(iv)** a implementação das consequentes decisões dos titulares das Debêntures e da Emissora, e para **(v)** a execução das Debêntures, remuneração adicional a qual deverá ser paga pela Emissora no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis após a entrega de relatório demonstrativo de tempo dedicado, com o valor mínimo de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) por mês durante o período em que a Emissora ou os garantidores permanecerem nesta situação e por reunião/assembleia em que o Agente Fiduciário dela participe.

8.4.2. Os valores previstos acima serão atualizados anualmente pela variação acumulada do IGP-M/FGV a partir de 01 de fevereiro de 2013 e serão acrescidos das alíquotas vigentes dos tributos incidentes sobre a remuneração (ISS, PIS, COFINS, IRRF, CSLL e outros que porventura venham a incidir) nas respectivas datas de pagamento.

8.4.3. As remunerações não incluem as eventuais despesas razoáveis e devidamente comprovadas incorridas pelo Agente Fiduciário com publicações, taxas, emolumentos, autenticações de documentos, despachantes para obtenção de certidões, registros, cópias xerográficas, ligações interurbanas, transporte, alimentação, viagens e hospedagens, entre outras, que se fizerem necessárias para a prestação dos serviços previstos nesta Escritura de Emissão, a serem cobertas pela Emissora.

8.4.4. As remunerações serão devidas mesmo após o vencimento das Debêntures caso o Agente Fiduciário permaneça atuando na cobrança de cumprimento de obrigações da Emissora, e não incluem o pagamento de honorários de terceiros especialistas, tais como auditores independentes, advogados, consultores financeiros, entre outros.

8.4.5. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora, desde que razoáveis e devidamente comprovadas. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

8.4.6. Caso a totalidade das Debêntures seja resgatada integralmente antes do seu vencimento, será devido, na data do resgate integral, o próximo valor subsequente.

8.4.7. No caso de atraso no pagamento dos valores devidos ao Agente Fiduciário, os valores em atraso sofrerão os mesmos encargos moratórios aplicáveis às Debêntures.

8.5. Além de outros previstos em lei, na regulamentação da CVM e nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- I. responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;

- II.** proteger, exceto se expressamente previsto de maneira diversa, os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função, o cuidado e a diligência com que todo homem ativo e probo emprega na administração dos próprios bens e negócios;
- III.** renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- IV.** conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- V.** verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, conforme já verificado nos termos da declaração prevista acima, no limite das informações e documentos fornecidos pela Emissora, sendo certo que não efetuará nenhum procedimento de verificação independente;
- VI.** promover nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura de Emissão e as averbações de seus eventuais aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes;
- VII.** acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- VIII.** emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- IX.** solicitar, quando considerar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas da Emissora, necessárias e pertinentes dos distribuidores cíveis, das varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas da Justiça do Trabalho, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;
- X.** solicitar, quando considerar necessário e dentro dos limites de razoabilidade, auditoria extraordinária na Emissora;
- XI.** convocar, conforme previsto na Cláusula 9.3, quando necessário, assembleia geral de Debenturistas e enviar à Emissora, na data da primeira publicação, cópia do edital de convocação e da proposta a ser submetida à assembleia geral de Debenturistas tão logo tome ciência da mesma;

- XII.** comparecer à assembleia geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas e enviar à Emissora, no prazo de 1 (um) Dia Útil, cópia da ata da assembleia geral de Debenturistas;
- XIII.** elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b), da Lei das Sociedades por Ações, que deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
- (a)** eventual omissão ou inverdade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (b)** alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;
 - (c)** comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora e, em especial, os Índices Financeiros;
 - (d)** posição da Oferta ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (e)** resgate, amortização, conversão, repactuação e pagamento de juros das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (f)** pagamentos realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures;
 - (g)** acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - (h)** relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - (i)** cumprimento das demais obrigações assumidas pela Emissora, conforme informações públicas disponíveis e/ou obtidas junto aos administradores da Emissora;
 - (j)** existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período; e

(k) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário.

- XIV.** disponibilizar o relatório a que se refere o inciso XIII acima até 30 de abril de cada ano ao menos na sede da Emissora, no escritório do Agente Fiduciário ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado, na CVM, na CETIP e na sede do Coordenador Líder;
- XV.** publicar, às expensas da Emissora, nos termos da Cláusula 6.23, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório a que se refere o inciso XIII encontra-se à disposição nos locais indicados no inciso XIV acima;
- XVI.** manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Escriturador Mandatário, ao Banco Liquidante e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora expressamente autoriza, desde já, o Escriturador Mandatário, o Banco Liquidante e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
- XVII.** coordenar o resgate das Debêntures nos casos previstos nesta Escritura de Emissão;
- XVIII.** fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, inclusive daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer, conforme informações públicas disponíveis e/ou obtidas junto aos administradores da Emissora, informado prontamente aos Debenturistas as eventuais inadimplências verificadas;
- XIX.** notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo de até 15 (quinze) dias da ciência de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM e à CETIP; e
- XX.** calcular, em conjunto com a Emissora, o Valor Unitário das Debêntures, e disponibilizá-lo diariamente aos Debenturistas, à Emissora e aos participantes do mercado por meio de sua central de atendimento e/ou de seu *website*.

8.6. No caso de inadimplemento, pela Emissora, de qualquer de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, não sanado nos prazos de cura previstos nesta Escritura de Emissão, conforme aplicáveis, deverá o Agente Fiduciário usar de toda e qualquer ação para proteger direitos ou defender interesses dos Debenturistas, devendo para tanto:

- I. declarar, observadas as condições desta Escritura de Emissão, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- II. requerer a falência da Emissora, se não existirem garantias reais;
- III. tomar quaisquer outras providências necessárias para que os Debenturistas realizem seus créditos; e
- IV. representar os Debenturistas em processo de falência ou recuperação judicial, recuperação extrajudicial ou, se aplicável, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

8.7. Observado o disposto nas Cláusulas 6.22, 6.22.1, 6.22.2, 6.22.3 e 6.22.4 acima, o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas na Cláusula 8.6 acima, incisos I, II e III, se convocadas as assembleias gerais de Debenturistas, estas assim o autorizarem por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação. Na hipótese da Cláusula 8.6, inciso IV, será suficiente a deliberação da maioria das Debêntures em Circulação.

9. ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

9.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

9.2. As assembleias gerais de Debenturistas poderão ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação ou pela CVM.

9.3. A convocação das assembleias gerais de Debenturistas se dará mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos termos da Cláusula 6.23 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão, ficando dispensada a convocação no caso de presença da totalidade dos Debenturistas.

9.4. As assembleias gerais de Debenturistas instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de titulares de, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação, e, em segunda convocação, com qualquer quorum.

9.5. A presidência das assembleias gerais de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos demais ou àquele que for designado pela CVM.

9.6. Nas deliberações das assembleias gerais de Debenturistas, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto na Cláusula 9.6.1, abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em assembleia geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 66% (sessenta e seis por cento) das Debêntures em Circulação.

9.6.1. Não estão incluídos no quorum a que se refere a Cláusula 9.6 acima:

- I. os quóruns expressamente previstos em outras Cláusulas desta Escritura de Emissão; e
- II. as alterações, que deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, **(a)** dos quóruns previstos nesta Escritura de Emissão, exceto aqueles previstos na Cláusula 8.7 acima, que observarão o disposto na regulamentação aplicável; **(b)** da Remuneração, exceto pelo disposto na Cláusula 6.12.2 acima; **(c)** de quaisquer datas de vencimento e/ou de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura de Emissão; **(d)** das condições financeiras do Resgate Antecipado Facultativo Total, conforme previstas na Cláusula 8.7 acima; e **(e)** de qualquer Evento de Inadimplemento.

9.7. Para os fins de cálculo dos quóruns de instalação e de deliberação nos termos desta Escritura de Emissão, "Debêntures em Circulação" significam todas as Debêntures subscritas e não resgatadas, excluídas as Debêntures pertencentes, direta ou indiretamente, à Emissora ou a qualquer controladora ou controlada, direta ou indireta, da Emissora ou qualquer de seus diretores ou conselheiros.

9.8. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas assembleias gerais de Debenturistas.

9.9. O Agente Fiduciário deverá comparecer às assembleias gerais de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

9.10. Aplica-se às assembleias gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, sobre a assembleia geral de acionistas.

10. DECLARAÇÕES DA EMISSORA

10.1. A Emissora neste ato declara que:

- I.** é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações de acordo com as leis brasileiras, com registro de companhia aberta perante a CVM;
- II.** está devidamente autorizada e obteve todas as autorizações, inclusive as societárias, para celebrar esta Escritura de Emissão e cumprir com todas as obrigações aqui previstas, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- III.** os representantes legais da Emissora que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em nome da Emissora, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- IV.** esta Escritura de Emissão e as obrigações aqui previstas constituem obrigações lícitas, válidas e vinculantes da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- V.** a celebração, os termos e condições desta Escritura de Emissão, o cumprimento das obrigações aqui previstas e a Oferta **(a)** não infringem seu estatuto social; **(b)** não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Emissora seja parte; **(c)** não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral em face da Emissora que afete de maneira adversa e material a capacidade de sua geração de caixa, quaisquer de seus bens ou propriedades; **(d)** não resultarão em **(i)** vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer contrato ou instrumento do qual a Emissora seja parte que afete de maneira adversa e material a capacidade de sua geração de caixa; **(ii)** criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora; ou **(iii)** rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- VI.** tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI e a forma de cálculo da Remuneração foi acordada por livre vontade da Emissora, em observância ao princípio da boa-fé;

- VII.** as informações constantes do formulário de referência elaborado pela Emissora nos termos da Instrução CVM 480 e disponível na página da CVM na Internet ("Formulário de Referência") são verdadeiras, consistentes, precisas, completas, corretas e suficientes, permitindo aos Investidores Qualificados, uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- VIII.** o Formulário de Referência **(a)** contém, no mínimo, e sem prejuízo das disposições legais e regulamentares pertinentes, todas as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos Investidores Qualificados, da Emissora e suas atividades e situação econômico-financeira, dos riscos inerentes às atividades da Emissora e quaisquer outras informações relevantes; e **(b)** foi elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo a Instrução CVM 480;
- IX.** não há outros fatos relevantes em relação à Emissora ou às Debêntures não divulgados no Formulário de Referência cuja omissão faça com que qualquer declaração do Formulário de Referência seja enganosa, insuficiente, incorreta ou inverídica;
- X.** as opiniões, análises e previsões (se houver) expressas no Formulário de Referência exclusivamente em relação à Emissora foram ou serão dadas de boa-fé, consideradas todas as circunstâncias relevantes no contexto da Oferta e com base em suposições razoáveis;
- XI.** os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas são verdadeiros, consistentes, precisos, completos, corretos e suficientes, estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre as Debêntures, tendo sido disponibilizadas informações sobre as operações relevantes da Emissora, bem como sobre os direitos e obrigações relevantes delas decorrentes;
- XII.** as demonstrações financeiras da Emissora, relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2010, 2011 e 2012 representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora naquelas datas e para aqueles períodos e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis determinados pela regulamentação aplicável;
- XIII.** exceto pelas leis, regulamentos, normas administrativas e determinações que estão sendo questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou

judicial ou cujo descumprimento não tenha um efeito adverso relevante na capacidade da Emissora de honrar suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão, está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;

- XIV.** exceto pelas obrigações que estão sendo questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não tenha um Efeito Adverso Relevante na capacidade da Emissora de honrar suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão, está em dia com pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei;
- XV.** possui, assim como suas Controladas Relevantes, válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações e licenças, inclusive as ambientais, exigidas para o regular exercício de suas atividades, exceto por aquelas cuja falta não afete de forma adversa a capacidade da Emissora de cumprir suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão;
- XVI.** exceto pelas contingências informadas no Formulário de Referência, inexistem **(a)** descumprimento de qualquer disposição relevante contratual, legal ou de qualquer outra ordem judicial, administrativa ou arbitral; ou **(b)** qualquer ação judicial, procedimento judicial ou extrajudicial, inquérito ou qualquer outro tipo de investigação governamental, em qualquer dos casos deste inciso, **(i)** que possa ter um Efeito Adverso Relevante na capacidade da Emissora de honrar suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão; ou **(ii)** visando anular, alterar, invalidar, questionar ou de qualquer forma afetar esta Escritura de Emissão;
- XVII.** o registro de companhia aberta da Emissora está atualizado perante a CVM; e
- XVIII.** não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções.

10.2. A Emissora obriga-se, de forma irrevogável e irretratável, a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) diretamente incorridos e comprovados pelos Debenturistas e/ou pelo Agente Fiduciário em razão da falsidade, inconsistência, imprecisão, incorreção ou insuficiência de quaisquer das suas declarações prestadas, nos termos da Cláusula 10.1 acima.

10.3. A Emissora, assim que tomar ciência do fato, obriga-se a notificar imediatamente o Agente Fiduciário caso qualquer das declarações prestadas na Cláusula 10.1. acima torne-se falsa, inconsistente, imprecisa, incompleta, incorreta ou insuficiente na data em que foi prestada.

11. DESPESAS

11.1. Correrão por conta da Emissora todos os custos razoáveis e devidamente comprovados, incorridos com a Oferta ou com a estruturação, emissão, registro e execução das Debêntures, incluindo publicações, inscrições, registros, contratação do Agente Fiduciário, do Escriturador Mandatário, do Banco Liquidante e demais prestadores de serviços e quaisquer outros custos relacionados às Debêntures, inclusive para a cobrança do crédito e das demais obrigações previstos nesta Escritura de Emissão ("Despesas").

11.2. A Emissora obriga-se a reembolsar os Debenturistas ou o Agente Fiduciário por quaisquer Despesas que os Debenturistas ou o Agente Fiduciário venham a incorrer, desde que razoáveis e devidamente comprovadas.

12. RENÚNCIA

12.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes desta Escritura de Emissão. Nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

13. TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL E EXECUÇÃO ESPECÍFICA

13.1. Esta Escritura de Emissão e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos do artigo 585, incisos I e II, da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil"), reconhecendo as partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 461, 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Esta Escritura de Emissão é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores a qualquer título.

14.2. A invalidação ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura de Emissão não afetará as demais, que permanecerão sempre válidas e eficazes até o cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidação ou nulidade de qualquer cláusula desta Escritura de Emissão, as partes desde já se comprometem a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura de Emissão, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.

14.3. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora recaindo sobre esta obrigação legal e regulamentar de elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

14.4. O Agente Fiduciário não será responsável por verificar a suficiência, validade, qualidade, veracidade ou completude das informações técnicas e financeiras constantes de qualquer documento que lhe seja enviado com o fim de informar, complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações da Escritura de Emissão e dos demais documentos da operação.

14.5. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em assembleia geral.

14.6. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais

prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28, e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável e desta Escritura de Emissão.

14.7. O Agente Fiduciário responderá pelos prejuízos que causar por descumprimento de disposição legal ou regulamentar, por negligência ou administração temerária, desde que arbitrados em juízo por sentença transitada em julgado, da qual não caibam recursos em qualquer instância.

15. FORO

15.1. Fica eleito o foro central da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes desta Escritura de Emissão.

Estando assim certas e ajustadas, as Partes, obrigando-se por si e sucessores, firmam esta Escritura de Emissão em 2 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também a assinam.

Rio de Janeiro, 20 de março de 2013.

[As assinaturas seguem nas 3 (três) páginas seguintes.]

[Restante desta página intencionalmente deixado em branco.]

Instrumento Particular de Escritura da 10ª Emissão, sendo a 8ª Pública, de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, sem Garantia, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação da Oi S.A., celebrada em 20 de março de 2013 entre Oi S.A. e GDC Partners Serviços Fiduciários Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários LTDA. – Página de Assinaturas 1/3.

OI S.A.

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

Instrumento Particular de Escritura da 10ª Emissão, sendo a 8ª Pública, de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, sem Garantia, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação da Oi S.A., celebrada em 20 de março de 2013 entre Oi S.A. e GDC Partners Serviços Fiduciários Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários LTDA. – Página de Assinaturas 2/3.

**GDC PARTNERS SERVIÇOS FIDUCIÁRIOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E
VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**

Nome:

Cargo:

Instrumento Particular de Escritura da 10ª Emissão, sendo a 8ª Pública, de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, sem Garantia, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação da Oi S.A., celebrada em 20 de março de 2013 entre Oi S.A. e GDC Partners Serviços Fiduciários Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários LTDA. – Página de Assinaturas 3/3.

Testemunhas:

Nome:

RG.:

CPF:

Nome:

RG.:

CPF: